

AÇÃO AFIRMATIVA NO ENSINO SUPERIOR

Um estudo da Política de Inserção de alunos oriundos de Pré-Vestibulares para negros e carentes, pré-vestibulares comunitários e lideranças comunitárias implementadas na PUC-RJ.

Andreia Clapp Salvador¹

Resumo:

O tema central do artigo é a questão da política de ação afirmativa no ensino superior. Elegi a experiência desenvolvida na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, que vêm desde 1994 implementando uma política de inclusão de alunos oriundos de pré-vestibulares para negros e carentes, pré-vestibulares comunitários e lideranças comunitárias em seus cursos de graduação. Este texto busca trazer aspectos teóricos que estão diretamente relacionados ao tema das políticas de ação afirmativa, priorizando conceitos como a questão de igualdade, diversidade e desigualdade social na contemporaneidade. Por fim traz-se para o debate a questão da alteridade, considerando sua importância no debate das políticas de identidade.

Palavras-chave: Política de ação afirmativa; desigualdade social; diversidade; alteridade.

Abstract:

The theme of this article is affirmative action policy in higher Education. I chose to work on the experience developed in the Catholic University

¹ Doutoranda em serviço social na PUC-Rio.

(PUC), in Rio de Janeiro, which has been implemented specially for students from Pre-Vestibulars for Black and Low-Income People, Communitarian Pre-Vestibulars, and communitarian leaders in PUC's undergraduate courses since 1994. This article aims at bringing forward affirmative action policy theoretical aspects, focusing on issues such as: Equality, diversity and social inequality nowadays. Finally, I also bring forward alterity issues, considering their importance in the identity policies debate.

Keywords: Affirmative action policy; social inequality; diversity; alterity.

Considerações iniciais

As políticas afirmativas, ainda hoje novas no Brasil, foram inicialmente propostas por movimentos sociais, que lutavam pela inclusão de determinados segmentos da sociedade, aos quais foram historicamente negados seus direitos. Tais movimentos consideram que a proposta de uma democracia baseada na universalidade dos direitos civis, políticos e sociais, não vêm se cumprindo. Para eles, os direitos, mais notadamente os direitos sociais, não atendem igualmente a todos. Esta realidade se mantém e se reproduz com a conservação dos direitos na mão de uma elite privilegiada, e a negação de direitos para a maior parte da população.

Como alternativa para esta ambigüidade, as políticas afirmativas², conhecidas também como políticas de identidade, vêm se fortalecendo. Esta perspectiva pautada numa proposta de reconhecimento da diferença aparece como estratégia de enfrentamento de uma situação de desigualdade, em busca de uma maior equidade.

O mundo contemporâneo tem sido reconhecido por estudiosos como a era das desigualdades. Eles atribuem muitas vezes à política neoliberal a razão para que haja uma maior exclusão de diversos seg-

² Neste texto, será utilizada a conceituação de Joaquim Gomes como referência de Política de Ação Afirmativa: "Um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego" (Gomes, p. 135).

mentos da sociedade. Este fenômeno não atinge unicamente os chamados países do terceiro mundo, mas, efetivamente, é uma parcela substancial da população destas áreas que é a mais atingida.

A desigualdade social se reflete em nosso cotidiano, no qual a maior parte da população brasileira é negada as mínimas condições de sobrevivência. Em relação à pobreza e a desigualdade no Brasil, o relatório do Ipea (2001), traz duas conclusões relevantes:

- “O Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres”;
- “Os elevados níveis de pobreza que afligem a sociedade encontram seu principal determinante na estrutura da desigualdade brasileira, uma perversa desigualdade na distribuição da renda e das oportunidades de inclusão econômica e social” (p. 1).

A pobreza é entendida como um dos mais agudos e complexos problemas econômicos do Brasil, e a desigualdade (principal causa da pobreza) é o maior problema estrutural do Brasil. Buscar respostas que resolvam esta complexa realidade é vital. Entretanto, não é suficiente pensar em políticas voltadas para solução da pobreza; é necessário buscar alternativas que solucionem a questão da desigualdade. Esta tem sido a tarefa de militantes, intelectuais, políticos... especialmente nas últimas décadas e início deste novo século.

O crescimento econômico é um caminho necessário para o combate à pobreza; porém, é lento ao se referir a uma efetiva transformação desta situação. É necessário que sejam construídas estratégias consistentes de combate à desigualdade. Desta forma, as políticas públicas voltadas para o combate à pobreza devem estar voltadas para a redução da desigualdade (Henriques, 2001).

Para Ricardo Henriques (2001), em seu artigo “Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90”,

a intensidade de nossa desigualdade de renda, por sua vez, coloca o Brasil distante de qualquer padrão reconhecível, no cenário mundial, como razoável em termos de justiça distributiva. As origens históricas e institucionais da desigualdade brasileira são múltiplas, mas sua longa estabilidade faz com que o convívio cotidiano com

ela passe a ser encarado, pela sociedade, como algo natural. A desigualdade tornada uma experiência natural não se apresenta aos olhos de nossa sociedade como um artifício. No entanto, resulta de um acordo social excludente, que não reconhece a cidadania para todos, onde a cidadania dos incluídos é distinta dos excluídos e, em decorrência, também são distintos os direitos, as oportunidades e os horizontes (p. 1).

A questão da desigualdade se torna ainda mais evidente quando Henriques (2001) traz em sua pesquisa dados referentes à desigualdade racial no Brasil, contribuindo com elementos para compreender as diferenças socioeconômicas entre negros e brancos e as desvantagens dos negros em relação aos brancos, no que se refere à distribuição das oportunidades sociais no Brasil.

Os negros em 1999 representavam 45% da população brasileira, mas correspondem a 64% da população pobre e 69% da população indigente. Os brancos, por sua vez, são 54% da população total, mas somente 36% dos pobres e 31% dos indigentes (...). E esse excesso de pobreza concentrado entre a comunidade negra mantém-se estável ao longo do tempo, em particular na última década (2001, pp. 9-10).

O autor, em seu artigo sobre a desigualdade racial no Brasil, reafirma a necessidade de se desenvolverem políticas públicas dirigidas preferencialmente aos negros brasileiros: políticas voltadas para “inclusão social e econômica”, políticas ditas de ação afirmativa, que contribuam para romper com nossa excessiva desigualdade (2001, p. 47).

Esta realidade desigual faz pensar que a solução não está na antiga receita de “crescer o bolo para depois distribuir”, mas na busca de uma maior equidade social, como caminho para combate à pobreza. Os dados apresentados nos textos de Henriques confirmam a necessidade premente em buscar saídas que dêem conta de solucionar este “antigo-novo dilema”: “um país desigual, exposto ao desafio histórico de enfrentar uma herança de injustiça social que exclui parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania” (1999, p. 22).

A intensidade com que se apresentam os dados alusivos à desigualdade no Brasil faz com que vários intelectuais afirmem que estamos vivendo uma crise da cidadania. Para alguns teóricos, a solução para esta crise não está somente na implementação de políticas voltadas para a redistribuição de renda, mas está, também, na necessidade da implementação de políticas voltadas para o reconhecimento dos considerados “dessemelhantes”.

Para Nancy Fraser (2001), a crise da cidadania retrata uma realidade baseada em dois tipos de injustiça: a “injustiça econômica” e a “injustiça cultural ou simbólica”. Ambas se dão em dois contextos e têm soluções distintas:

- A primeira é referente às políticas redistributivas, que estariam teoricamente mais voltadas para a “injustiça econômica”. O “remédio” para esta injustiça seria a reestruturação político-econômica, que desenvolveria redistribuição de renda e a reorganização da divisão do trabalho;
- A segunda é voltada para as políticas de reconhecimento e estaria mais ligada às questões de “injustiça cultural ou simbólica”. Isso poderia envolver reavaliação positiva de identidades desrespeitadas e dos produtos culturais de grupos marginalizados, o reconhecimento e valorização positiva da diversidade cultural.

As políticas de cunho identitário representam, teoricamente, o que se chama de “injustiça cultural ou simbólica”. Mas cabe aqui salientar que, não se deve fazer esta divisão – “injustiça econômica e cultural” – de forma tão decisiva, mas deve, sim, ser utilizada numa perspectiva puramente analítica, já que não existem coletividades puras, mas coletividades ambivalentes³

³ Isto é o que Fraser chama do dilema central. “Em vez simplesmente endossar ou rejeitar toda a simplicidade da política da identidade, devemos encarar isso como uma nova tarefa intelectual e prática: a de desenvolver uma teoria crítica do reconhecimento, uma teoria que identifique e defenda apenas versões da política cultural da diferença que possa ser coerentemente combinada com a política social de igualdade” (p. 246). Estas são questões políticas “que são costumeiramente dissociadas, devem ser conectadas, “pois só por meio da reintegração do reconhecimento e da redistribuição pode-se chegar a um quadro adequado às demandas de nosso tempo” (p. 246). Estamos, assim, frente a um dilema chamado “dilema da redistribuição-reconhecimento”.

Segundo Fraser,

na prática ambas estão interligadas, imbricadas dialeticamente, reforçando-se mutuamente (...). Normas culturais enviesadas de forma injusta contra alguns são institucionalizadas no Estado e na economia, enquanto as desvantagens econômicas impedem participação igual na fabricação da cultura em esferas públicas e no cotidiano (...). O resultado é, freqüentemente, um ciclo vicioso de subordinação cultural e econômica (p. 251).

Fraser reconhece que há possibilidades distintas de se pensar políticas públicas, uma mais voltada para a redistribuição e outra para o reconhecimento, mas ambas devem estar em constante relação. Isto significa que não se pode pensar em políticas de igualdade sem que sejam reconhecidas as diferenças.

Este dilema está presente nas discussões e propostas dos movimentos sociais. Algumas organizações societárias consideram as políticas de redistribuição alternativas capazes de solucionar a pobreza; outras consideram que as políticas de reconhecimento seriam mais adequadas para contrapor a desigualdade social. Outras, ainda, consideram que as duas alternativas deveriam estar atreladas, em benefício de uma sociedade mais igualitária.

Esta diversidade de perspectivas faz constatar que muitos movimentos da sociedade civil tiveram, nestas últimas décadas, suas agendas de reivindicação alteradas. Para determinados grupos, o enfoque deixa de estar pautado exclusivamente na questão da igualdade de direitos e passa a inserir, no debate, a questão da desigualdade social, que atinge prioritariamente determinados grupos sociais.

Para Candau, é necessário que se articule igualdade e diferença:

o problema não é afirmar um pólo e negar o outro, mas sim termos uma visão dialética da relação entre igualdade e diferença. Hoje em dia não se pode falar em igualdade sem incluir as questões relativas à diferença, nem se pode abordar temas relativos às políticas de identidade dissociadas da afirmação da igualdade (2003, p. 5).

Os movimentos sociais, a partir da década de 80, período em que muitas ações se intensificaram, expandem o campo de ação das lutas democratizantes, que vão além do sistema político, e passam a envolver as questões sobre o “futuro do desenvolvimento e a erradicação de desigualdades sociais como as de raça e gênero, moldadas por práticas culturais e sociais” (Paoli & Telles, p. 16). Nasce assim, através da própria sociedade e da ação das organizações da sociedade civil, uma nova concepção de cidadania.

Segundo Maria Célia Paoli e Vera da Silva Telles (2000), “os anos 80 foram marcados por uma notável dinâmica associativa e organizativa que alterou o cenário político do país e introduziu fissuras importantes no pesado legado autoritário e excludente da história brasileira” (p.107). No início desta década, se deu a estruturação de um novo partido (Partido dos Trabalhadores) de forte enraizamento nos movimentos sindicais e populares, o fortalecimento de poderosas centrais sindicais e de movimentos sociais.

Seguindo uma análise mais específica voltada para a ação dos movimentos sociais, as autoras afirmam que, durante o período de 80, os movimentos se ampliaram e diversificaram, e também se distinguiram, indo além das perspectivas políticas e sindicais. Estes grupos eram capazes de trazer para o debate público uma diversidade de assuntos que exprimiam diferentes dimensões da vida social, como: questões referentes à discriminação de gênero, raça e etnia, meio ambiente, violência e direitos humanos, entre outros temas. Estes pontos passam a compor, no decorrer desse período, “uma agenda pública de debates, projetando na esfera política visões ampliadas de direitos e cidadania. As novas concepções congregam as exigências de equidade e justiça nas dimensões societárias e culturais que afetam identidades, existência e formas de vida” (p. 108).

No entanto, foi principalmente na década de 90 que nas diversas arenas públicas passam a ser elaboradas e discutidas alternativas políticas que pudessem responder por estas novas demandas - racismo e desigualdade de gênero, direitos humanos, meio ambiente, etc. – através de uma “articulação múltipla e descentrada”. Esta nova dinâmica vem se firmando através da elaboração de políticas sociais alternativas, seja no plano de política formal, seja no plano cultural ou societário, como por exemplo: “medidas efetivas contra a discriminação racial ou

de gênero são igualmente discutidas, desde políticas sociais pautadas pelo princípio da ação afirmativa até a elaboração de instrumentos políticos e jurídicos que permitam dar efetividade a direitos garantidos (e conquistados) na constituição de 1988” (p.114). Muitas das reivindicações feitas por estes grupos se apóiam em questões voltadas para reconhecimento e identidade, como também para aspectos de redistribuição.

Ainda conforme Maria Célia e Vera Telles,

em um quadro de aprofundamento da pobreza e da violência, sob o efeito conjugado de uma recessão econômica prolongada, de modernização perversa da economia e falência dos serviços públicos básicos, essa movimentação tem o efeito de reinventar a política, ao colocar em foco o jogo das responsabilidades envolvidas nas várias circunstâncias que afetam existências de grupos sociais ou de populações inteiras, e de acenar com possibilidades efetivas, inovadoras e por vezes inusitadas de ação política e intervenção pública (p. 114).

É neste cenário que cresce e fortalece a ação dos movimentos sociais voltados para a garantia dos direitos das minorias – mulheres, negros, homossexuais e outros – apoiados na perspectiva de luta contra a desigualdade. A principal reivindicação de uma parcela significativa destes movimentos organizados é regulada por dois aspectos: a denúncia do não cumprimento dos direitos sociais e luta pela inclusão através de políticas de viés afirmativo.

Política de ação afirmativa no campo de educação – Uma nova proposta de acesso ao ensino superior

No Brasil, começaram a ser implementadas, principalmente ao final da última década, algumas políticas voltadas para a inserção de negros e carentes em universidades brasileiras. Este projeto surge, inicialmente, na luta política de diversos movimentos sociais. Nilma Gomes e Aracy Martins, organizadoras do livro “Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade”, afirmam que não se pode falar de políticas afirmativas no Brasil, especialmente as voltadas para o acesso à educação universitária, sem situar alguns fatos decisivos para sua implementação. O primeiro é referente à luta dos movimen-

tos negros pelo estabelecimento das políticas de reconhecimento; o segundo é relativo ao preparo para a conferência Mundial de Durban contra o racismo, em 2001; e, por último, a atuação dos Pré-Vestibulares para Negros e Carentes.

O debate acerca da desigualdade social, da luta pela igualdade e pelo reconhecimento das diferenças foi tema de diversas organizações da sociedade civil, que, já no final da década de 80 e início da década de 90, se constituíam como movimentos sociais. Estas organizações buscavam a defesa e garantia dos direitos sociais, trazendo para a sociedade uma nova perspectiva: a do sujeito de direito contextualizado em sua história, contribuindo, especialmente, com novos debates e articulações políticas em busca de elaboração e implementação de novas políticas.

Ainda durante as décadas de 80 e 90, diversos grupos como Associações de Moradores, Movimento das Meninas e Meninos de Rua, Movimentos Ecológicos, Movimento Negro, entre outros, se organizaram e trouxeram novas propostas de ação voltadas para garantia de direitos. Alguns se articulavam em torno da luta pelo direito à moradia, saneamento básico, saúde. Mas foi no campo da educação, mais especificamente na luta por um maior acesso às universidades, que surge um movimento bastante representativo: os Pré-Vestibulares para Negros e Carentes, chamados PVNCs.

Os PVNCs passam a se fortalecer através da luta pela garantia ao acesso dos negros e carentes aos bancos universitários. Este movimento, até hoje, atua politicamente numa perspectiva de garantia do direito à educação superior. O grupo se ampliou e, atualmente, além de ser um movimento popular, também é uma Organização Não-Governamental, EDUCAFRO, e sua rede já atinge diversos estados, com núcleos voltados para a inclusão de jovens das classes populares nas universidades públicas e privadas.

Segundo Vera Candau (2000),

o Pré-Vestibular para Negros e Carentes constitui-se em uma experiência educacional que busca inserir na universidade alunas/os que, por conta própria, dificilmente o conseguiriam devido aos processos excludentes que têm sofrido ao longo de sua história individuais e sociais. Sem

dúvida alguma o PVNC é um importante veículo no sentido da inclusão das classes marginalizadas historicamente, como os negros e os grupos populares de baixa renda (p. 284).

Uma das propostas iniciais do grupo de professores e alunos dos PVNCs que ainda se mantêm é a implementação de políticas afirmativas nas universidades, tendo em vista a realidade desigual que atinge especialmente os negros e a população oriunda das classes populares .

Ainda para Vera Candau (2000),

os cursos pré-vestibulares surgiram a partir das carências do ensino médio, com o intuito de possibilitar seus alunos a compreender melhor o que era cobrado em termos de conteúdo pelos vestibulares anteriores (...). Visando romper essa lógica, onde só os que tinham condições financeiras faziam esses cursos e tinham mais chance de ingressar na universidade, começaram a surgir – a partir dos trabalhos de ONGs, associações, pastorais e outras instituições – os chamados cursos pré-vestibulares alternativos, economicamente acessíveis e com a proposta, dirigida às classes populares de democratizar o acesso ao ensino universitário a todos aqueles que se dispusessem a nele ingressar independente de sua condição financeira (p. 99).

A proposta dos pré-vestibulares defende a idéia de democratização do acesso à universidade, “contribuindo para que suas vagas sejam preenchidas por jovens de classes sociais desfavorecidas, prioritariamente os negros” (Candau, *ibid*, p. 99), uma vez que, conforme estatística, do total de estudantes universitários brasileiros, 97% são brancos, sobre 2% de negros e 1% de descendentes orientais (Henriques, 2001).

São muitos os dados que retratam a situação de absoluta desigualdade com relação às condições de acesso ao ensino superior. Frank Viana Carvalho, em seu artigo “Cotas para os excluídos”, apresenta dados referentes à participação dos pobres nas universidades, que vem diminuindo ao longo dos anos. Em 1992, os estudantes que pertenciam ao estrato dos 10% mais ricos da população representavam 45,6% do

número de alunos matriculados no ensino superior. Em 1999, essa porcentagem aumentou para 48%. Entretanto, a presença dos 50% mais pobres nesse nível de ensino diminuiu durante esse período. Em 1992, eles representavam 8,5%. Em 1999, eram 6,9%. Quando se avalia a presença dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres, a elitização fica ainda mais evidente. Os 20% mais ricos aumentaram sua participação de 67,1% para 70,7%; os mais pobres caíram de 1,3 para 0,9% (Carvalho, 2002).

Foi neste cenário de acirramento da desigualdade social e também, através das lutas políticas pela garantia de direitos, que a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, junto à coordenação de pré-vestibulares comunitários inicia sua parceria. Esta parceria se deu através de bolsas de estudo chamadas Bolsas de Ação Social, oferecidas aos alunos oriundos dos pré-vestibulares para negros e carentes, pré-vestibulares comunitários e militantes dos mais diversos movimentos sociais-religiosos-políticos que fossem aprovados no vestibular. Esta proposta possibilitaria ao aluno cursar a PUC-Rio com bolsa de estudo integral e, ao mesmo tempo, que pudesse desenvolver sua atividade comunitária, através de ação voluntária nos próprios cursos ou em instituições sociais.

O programa iniciado em 1994, nasce de uma articulação política entre movimentos sociais, academia, lideranças religiosas e partidos políticos que possibilitaram a concretização de uma política voltada para inclusão social e, assim, um mecanismo que promovesse a inserção de grupos que historicamente não tinham acesso à universidade.

Segundo Professor Augusto Sampaio, Vice-reitor comunitário da PUC-Rio, em seu artigo no livro "Ação afirmativa na Universidade", em 2003, havia cerca de 650 alunos bolsistas de ação social espalhados por todos os departamentos da universidade nos cursos de graduação (2004, p.172). Afirma-se que este projeto vem, ao longo de dez anos, incluindo alunos de diversos segmentos sócio-culturais numa universidade reconhecida como centro de formação acadêmica da elite brasileira.

Candau (2003) ressalta o valor da experiência da PUC-Rio no processo de implementação de políticas de ação afirmativa e afirma que esta universidade

tem manifestado em muitas ocasiões uma grande capacidade de iniciativa, criatividade e compromisso com a transformação social. Neste momento, em que as políticas de ação afirmativa são objeto de um intenso debate no âmbito nacional, está chamada, tendo por base a experiência pioneira que vem realizando nos últimos anos, a contribuir para a construção de um projeto universitário mobilizador de uma visão de excelência acadêmica, preocupação inerente à toda a sua trajetória institucional, em que qualidade científica e compromisso social se articulem com uma visão histórico-crítica do conhecimento e da função da universidade, que incorpore o reconhecimento das contribuições das diferentes tradições culturais e potencializadora das relações interculturais e da construção de uma democracia plena na sociedade brasileira (p. 212).

Esta política voltada para inserção de grupos sociais historicamente discriminados é um cenário que retrata os caminhos percorridos por múltiplos atores e por diferentes instituições, durante o processo de consolidação de uma política afirmativa no Brasil, tanto no que se refere aos limites quanto às suas possibilidades.

Mesmo sendo reconhecida a importância da ação do PVNC, pré-vestibulares comunitários e de outras instituições parceiras, com relação à implementação de políticas afirmativas, pouco se tem estudado sobre a gênese deste processo que hoje retrata a consolidação de uma ação afirmativa no campo da educação. O que se conhece em alusão ao programa, mais especificamente sobre seus mecanismos de constituição, são informações ainda muito incipientes, tendo em vista seu caráter embrionário.

Alguns estudiosos do tema ação afirmativa vêm acenando para a importância da realização de estudos sobre este programa, considerando sua capacidade de interferir nas relações institucionais, pessoais e sociais. Esta experiência vem provocando mudanças concretas nas relações cotidianas de professores e funcionários de uma instituição voltada ao ensino superior, de famílias pertencentes a classes sociais distintas, em bairros diversos e, especialmente, no dia-a-dia de estudantes universitários.

A questão da alteridade – Uma arena de conflitos no campo das políticas afirmativas

A sociedade contemporânea está constituída, cada vez mais, por contraposições bastante rígidas: incluídos/excluídos, semelhante-dese semelhantes, cidadãos/não-cidadãos, relações estas que são estabelecidas com rigoroso isolamento, de um lado os “iguais” e do outro os “não iguais ou desiguais”.

Frente a este contexto, algumas indagações que me parecem essenciais de serem feitas são: quem são estes cidadãos e não-cidadãos? Quem são as minorias? Quem são os “outros”? Enfim, quem são os alunos beneficiários do programa de ação afirmativa da PUC-Rio?

Pode-se dizer que os “desiguais” seriam os beneficiados deste modelo de política de reconhecimento. Entretanto, a questão é bastante complexa. O tema aborda questões referentes a interesses, oportunidades e privilégios, e, por isto, é uma arena de conflitos, tensões e incertezas. Na verdade, a sociedade é constituída de grupos distintos, que têm suas relações permeadas por uma lógica de poder, que mantêm de um lado “um grupo” e do outro lado um “outro grupo diverso”.

Vera Candau (2003) reafirma a importância em analisar com profundidade as seguintes questões: quem incluímos na categoria “nós” e quem são os outros. Para Candau, a maneira de estar relacionada com o “outro” é construída a partir de uma perspectiva etnocêntrica:

incluímos no “nós” todas aquelas pessoas e grupos sociais que têm referenciais semelhantes aos nossos, que têm hábitos de vida, valores, estilos, visões de mundo que se aproximam dos nossos e os reforçam. Os “outros” são os que se confrontam com estas maneiras de situarmo-nos no mundo por sua classe social, etnia, religião, valores, tradições, etc. (p. 7).

Norbert Elias (2000) traz também elementos relevantes para a compreensão da relação entre “nós” e os “outros”. Através de estudo realizado com grupos de moradores de duas comunidades, situadas na Inglaterra, o autor apresenta dois conceitos centrais que auxiliam na compreensão destas questões:

- os indivíduos estabelecidos são “a “minoria dos melhores” nos mundos sociais mais diversos: os guardiães do bom gosto no campo das artes, da excelência científica, das boas maneiras cortesãs, dos distintos hábitos burgueses, a comunidade de membros de um clube social ou desportivo” (p. 8);
- os indivíduos *outsiders* são “os não membros da “boa sociedade”, os que estão fora dela. Trata-se de um conjunto heterogêneo e difuso de pessoas unidas por laços sociais menos intensos do que aqueles que unem os *established*. A identidade social destes últimos é a de um grupo. Eles possuem um substantivo abstrato que os define como um coletivo: são os *establishment*. Os *outsiders*, ao contrário, existem sempre no plural, não constituindo propriamente um grupo social” (p. 8)⁴.

Estes são conceitos teóricos capazes de nos auxiliar na compreensão da realidade desigual que se intensifica no mundo moderno em suas diversas manifestações, podendo ser vista nas “relações entre classes, grupos étnicos, colonizadores e colonizados, homens e mulheres, pais e filhos, homossexuais e heterossexuais” (p. 13). A diferença é sempre estabelecida pelo dominador, que a constitui para dominar.

Uma das grandes contribuições da pesquisa de Norbert Elias, para um entendimento acerca dos elementos que constituem a relação “estabelecidos e *outsiders*”, é que a análise desta relação não deve estar presa a um único aspecto. A partir das apreciações do autor, a exclusão deixa de ser um fato identificado unicamente por referências econômicas e passa a ser vista nas suas dimensões históricas-culturais e políticas, que são os elementos constitutivos de toda relação de poder.

Segundo Elias (2000), para se caracterizar estes dois grupos – os estabelecidos e ao *outsiders* – é necessário ir além de uma pesquisa pautada em indicadores sociológicos correntes (como renda, educação ou tipo de educação). Deve-se buscar novos elementos, especialmente

⁴ Como exemplo, o autor traz uma outra configuração que ajuda a esclarecer a questão dos grupos sociais serem reconhecidos como fortes ou fracos: “Até hoje, o termo “nobre” preserva o duplo sentido de categoria social elevada e de atitude humana altamente valorizada, como na expressão “gesto nobre”; do mesmo modo, “vilão”, derivado de um termo que era aplicado a um grupo social de condição inferior e, portanto, de baixo valor humano, ainda conserva sua significação neste último sentido – como expressão designativa de uma pessoa de moral baixa” (p. 19).

pelo fato desta conjuntura retratar as propriedades gerais de toda relação de poder. A “superioridade social e moral, autopercepção e reconhecimento, pertencimento e exclusão são elementos dessa dimensão da vida social que o par estabelecidos-*outsiders* ilumina exemplarmente: as relações de poder” (p. 8).

A pesquisa realizada pelo autor evidenciou que as relações de poder se manifestam fundamentalmente da seguinte forma:

- Os grupos de maior poder se vêem como pessoas “melhores”, dotadas de uma espécie de carisma grupal, de uma virtude específica que é compartilhada por todos os seus membros e que falta aos outros;
- Os indivíduos “superiores” podem fazer com que os próprios indivíduos “inferiores” se sintam, eles mesmos, carentes de virtudes, julgando-se humanamente inferiores.

Assegura-se, assim, que o processo de exclusão reafirma um sentimento de superioridade de um grupo sobre o sentimento de inferioridade do outro, num processo dinâmico onde se intensifica esta diferença. Em relação às questões de “superioridade social” e do “sentimento de superioridade humana”, pode-se variar muito a natureza das fontes de poder em que se fundamentam, mas, em muitos contextos diferentes, se apresentam características comuns e constantes. Isto pode ser comprovado através da investigação na qual um grupo estigmatizava o outro, não por questões pessoais, mas por pertencerem a um grupo considerado “diferente e inferior” ao primeiro grupo. A razão para entender por que existem grupos que estão “fora” não pode estar pautada exclusivamente na estrutura de personalidade destes indivíduos; deve-se sim considerar a figuração formada pelos grupos implicados ou, “em outras palavras, a natureza de sua interdependência” (p. 23).

Mais uma vez, ressalta-se a questão de poder que perpassa a relação estabelecidos-*outsiders*, na qual determinado grupo só pode estigmatizar outro grupo de forma eficaz quando o primeiro estiver ocupando as posições de poder, das quais o grupo excluído se mantém fora. Esta manutenção do poder por determinado grupo “penetra na auto-imagem” dos membros *outsiders*, tornando-o mais enfraquecido e fragilizado. Claro que isto não se dá de forma estática, surgindo, também neste processo, situações de reversão, que o autor chama de “contra-estigmatização”.

Tendo em vista que toda política afirmativa se propõe a inserir aquele que historicamente está excluído de um determinado contexto ou de vários contextos, a apreensão dos conceitos “estabelecidos-*outsiders*” se torna fundamental para quem pretende realizar uma análise de programas voltados para a inclusão social.

Estas são questões que fazem refletir o quanto é complexo o processo de inserção de um *outsider* em um contexto dirigido para os “estabelecidos”. As relações de poder, que podem se apresentar de formas distintas, muitas vezes invisíveis aos olhos, são protegidas por um muro que separa dois mundos. As atitudes podem ser incorporadas de diversas formas, desde atitudes de afastamento, repulsa ou aproximação; mas, com certeza, todas são tomadas por um mesmo sentimento de “estranhamento”.

Ricardo Rezende, em seu livro “Pisando fora da sombra – A escravidão por dívida no Brasil contemporâneo”, faz uma análise das complexas relações estabelecidas no contexto do trabalho escravo, que se fundam em sentimentos de “estranhamento, medo e do diferente”. Para o autor,

o encontro com o outro e o estranhamento não deveriam ser ruins, pelo contrário; deveriam ser uma fonte de enriquecimento mútuo. Os múltiplos intercâmbios de uma existência são bem-vindos; a diferença é desejável, desde que não diminua um dos lados da relação na sua singularidade e especificidade; desde que o respeito pela diferença seja recíproco; desde que, no final do encontro, os dois lados saiam valorizados e não humilhados (p. 33).

A tarefa de compreender uma ação afirmativa vai além de uma mera análise da política proposta. Na verdade, significa entendê-la na sua totalidade e, mais especificamente, como se constituem as relações entre grupos distintos, estabelecidos numa mesma arena.

Tzvetan Todorov, em seu livro “A conquista da América”, reafirma que a relação com o outro não se dá numa única dimensão. E distingue três eixos, nos quais pode ser situada a questão da alteridade:

- Um julgamento de valor (um plano axiológico): o outro é bom ou mau, gosto dele ou não gosto dele;

- Uma ação de aproximação ou de distanciamento em relação ao outro (um plano praxiológico): adoto os valores do outro, identifico-me com ele; ou, então, assimilo o outro, impondo-lhe minha própria imagem. Entre a submissão ao outro e a submissão do outro há, ainda, um terceiro tema, que é a neutralidade, ou indiferença;
- Conheço ou ignoro a identidade do outro (plano epistêmico): aqui não há, evidentemente, nenhum absoluto, mas uma graduação infinita entre os estados de conhecimento inferiores e superiores.

Os comportamentos apresentados conforme os planos axiológicos, praxiológico e epistêmico se cruzam e se interpenetram nas relações cotidianas. A relação com o outro pode se configurar de diversas formas, desde uma aproximação através de identificação positiva, de um afastamento pela não-identificação, à negação do outro. A nossa identidade então se constitui a partir do outro, já que eu determino quem se identifica comigo a partir da relação que estabeleço com o outro. Esta é uma prática constante de afirmação e negação de mim e do outro.

Este processo de identificação não se comporta de forma tão simples. Na verdade, estão imbricados conceitos e pré-conceitos, tendo em vista que nossa formação é adaptada para a negação do diferente.

O projeto da modernidade está apoiado num modelo próprio de sociedade. Durante alguns séculos, vem sendo imposto um formato considerado ideal de comportamento e de atitude em prol de um “mundo moderno”. Os que não seguem este ideal devem ser excluídos. O projeto exige uma perspectiva de mundo homogêneo, no qual não cabe aquele que é um “não-igual”. A arte deve ser erudita, a cor deve ser branca, o sexo deve ser masculino, a opção deve ser heterossexual, o filme deve ser importado, a língua deve ser inglesa... e, assim, vai se intensificando o processo de homogeneização da cultura.

Segundo Todorov, a negação da identidade do outro é bem antiga e vêm se intensificando desde o período das grandes descobertas. “A Europa Ocidental tem se esforçado em assimilar o outro, em fazer desaparecer a alteridade exterior, e em grande parte conseguiu fazê-lo. Seu modo de vida e seus valores se espalharam por todo o mundo; como queria Colombo, os colonizados adotaram nossos costumes e se vestiram” (p. 361).

Na consolidação deste projeto de sociedade, foram sendo afastados aqueles que não cumpriam as “exigências” necessárias para sua inclusão, através da negação da diferença, que se apresenta sob forma de preconceito. Negar a diferença significa negar o outro, e isto representa a sua própria negação. Tendo em vista que, para que eu possa me descobrir, é necessário que eu me abra para o outro, esta é uma prática que exige um pensar “relacional”. Isto quer dizer que a identidade se dá no exercício da própria relação.

A intensificação do processo de exclusão do outro dificulta a consolidação de uma sociedade mais justa e impede a consolidação de uma sociedade multicultural, que privilegie a diversidade. Para Todorov, “viver a diferença na igualdade: é mais fácil dizer do que fazer” (p. 363).

Uma das questões que se apresenta para muitos intelectuais e militantes é como promover um mundo mais igualitário, respeitando as diferenças. Como buscar a igualdade garantindo a diferença?

Vera Candau (2003), em sua análise sobre a questão da diferença, assegura que não se deve confundir conceitos como igualdade e diversidade, assim como também afirma o direito de toda pessoa de ser diferente:

não se deve contrapor igualdade à diferença, e sim à desigualdade, e diferença não se opõe à igualdade e sim à padronização, à produção em série, à uniformidade, a sempre “o mesmo”, à mesmice (...). O que estamos querendo trabalhar é, ao mesmo tempo, a negação da padronização e também a luta contra todas as formas de desigualdade e discriminação presentes na nossa sociedade. Nem padronização nem desigualdade. A igualdade que queremos construir assume o reconhecimento dos direitos básicos de todos/as. No entanto, esses todos/as, não são os/as mesmos/as. Têm que ter as suas diferenças reconhecidas como elementos presentes na construção da igualdade (p. 6).

Pierucci, em seu livro “Ciladas da diferença”, traz uma questão acompanhada de argumento que me parece central para o debate sobre a diferença. A pergunta a ser feita é: somos todos iguais ou somos todos diferentes? Segundo ele, num primeiro momento, a resposta estaria voltada para o igual. Mas, a partir da segunda metade da década de 70, esta certeza foi se deslocando e tomando uma nova direção. É quando

passamos a nos ver envoltos numa atmosfera cultural e ideológica inteiramente nova, na qual parece generalizar-se em ritmo acelerado e perturbador a consciência de que nós, os humanos, somos diferentes de fato, porquanto temos cores diferentes na pele e nos olhos, temos sexo e gênero diferentes além das preferências sexuais diferentes, somos diferentes na origem familiar e regional, nas tradições e nas lealdades, temos deuses diferentes, diferentes hábitos e gostos, diferentes estilos ou falta de estilo (p. 7).

Assim, conclui que somos portadores de pertencas culturais diferentes, mas também somos diferentes de direito. É o que ele chama do "direito à diferença, o direito à diferença cultural, o direito de ser, sendo diferente" (p. 7).

Para o autor, o que se deseja é que, através de um projeto de futuro, possa se concretizar o direito de ser diferente, uns dos outros, tanto numa dimensão pessoal, quanto coletiva.

Rosa Fischer (2004), no livro "Teorias da Democracia", afirma que pensar a partir da diferença significa "pensar relacionalmente", que é radicalmente distinto de simplesmente tolerar o outro, de pensá-lo a partir de uma idéia de normalidade, pela qual o normal sou eu, e o outro, bem, quanto ao outro, eu, que sou normal, posso, numa atitude politicamente correta, solenemente tolerá-lo" (p. 14). Ainda para Fischer, "há necessidade de aprofundamento da democracia entre nós, que só vai ocorrer com a incorporação dos grupos ainda não contemplados e pela articulação entre si desses mesmos grupos" (p. 15).

O debate diferença e igualdade, para Boaventura de Souza Santos (2003) é um campo de grandes tensões. Essas tensões estão "no centro das lutas de movimentos e iniciativas emancipatórios que, contra as reduções eurocêtricas dos termos fundamentais (cultura, justiça, direito, cidadania), procuram propor noções mais inclusivas e, simultaneamente, respeitadoras da diferença de concepções alternativas da dignidade humana" (p. 25).

O foco central de seu estudo, no livro "Reconhecer para Libertar", está apoiado na perspectiva da articulação entre Igualdade e Diferença, e a importância de lutar e reivindicar, tanto pelo reconhecimento da diferença como, também, pela desigualdade e opressão que esta diferença está impregnada, para, assim, buscar uma efetiva consolidação da igualdade.

Esta luta pelo direito à diferença pressupõe uma luta contra a opressão e a desigualdade. É fundamentado nesta perspectiva que Santos reafirma a urgência na elaboração e implementação de Políticas de Identidade, baseadas no reconhecimento das diferenças. Esta perspectiva possibilitaria uma luta mais eficaz pela igualdade de direitos.

A implementação de políticas de reconhecimento é ainda recente no Brasil e vem provocando discussões acirradas. As políticas de reconhecimento estão baseadas numa proposta capaz de provocar um confronto de perspectivas político-ideológicas distintas, tendo em vista a sua exigência em rever conceitos que estão enraizados culturalmente.

As contradições que permeiam o debate das políticas afirmativas se evidenciam quando a questão está relacionada à inserção de alunos negros e/ou oriundos de classes populares nas universidades públicas e privadas. A política de inclusão de determinados grupos nos centros acadêmicos, que historicamente pertencem à elite brasileira, provoca conflitos de interesses político-ideológico muito intenso, especialmente por se caracterizar como um caminho que promove uma aproximação de dois segmentos que se desconhecem num determinado espaço social. O que se chama aqui de segmentos que se ignoram é o mundo universitário que desconhecia (e muitas vezes ainda desconhece) o morador da periferia, o negro, o nordestino e o pobre; e o mundo da periferia, que desconhecia a possibilidade de inserção na vida acadêmica, num mundo reconhecido como letrado, com suas devidas peculiaridades e hábitos voltados para uma cultura erudita e culta. O mundo da "norma culta" se choca com a "cultura popular". São dois mundos e duas realidades que se desconhecem, mas que se encontram, disputando espaços na sociedade, na vida política e no mercado de trabalho.

Este novo cenário que vem se configurando de forma tão significativa, tem se caracterizado como espaço capaz de promover novos e ricos debates. Um programa idealizado por múltiplos atores, que atinge diferentes segmentos da sociedade e que provoca uma mudança de postura por parte do Estado, da universidade e da sociedade, é uma experiência que deve ser analisada pelo seu caráter pioneiro e inovador, assim como pela sua capacidade de promover a inclusão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Mônica Andréa O. *Políticas de Ação Afirmativa e Ensino Superior: a experiência do curso de graduação em Serviço Social da PUC-Rio*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2003.
- ALVES, J. A. L. *Os Direitos Humanos como tema global*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOK, D; BOWEN, William. *O Curso do Rio: um estudo sobre a ação afirmativa no acesso à universidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- CAMUANA, Alberto António et al. *Direitos Humanos: bandeira cotidiana de luta dos movimentos sociais pela afirmação dos direitos e da diversidade*. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, Brasília, ano 3, n. 5, jan./jun. 2002.
- CANAU, Vera M. *Universidade, Diversidade Cultural e Formação de Professores*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/CNPq, 2003.
- _____. (Org.). *Sociedade, Educação e Cultura(s): questões e propostas*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- _____. *Multiculturalismo e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: PUC/Nova-merica, 2001.
- _____. *Educação intercultural e cotidiano escolar: construindo caminhos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/CNPq, 2000. Vol. 2.
- CARVALHO, Frank V. *Cotas para os excluídos*. *Revista Pátio*, São Paulo, ano VI, n. 22. 2002.
- CUNHA J. R. *Direitos Humanos numa perspectiva pós-moderna?* In *Direitos Humanos, Democracia e Senso de Justiça*. Rio de Janeiro: Bento Rubião, 1999.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- FERREIRA, Nilda Teves. *Cidadania: uma questão para a Educação*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1993.
- FRASER, Nancy. *Da redistribuição ao reconhecimento*. In SOUZA, Jessé (Org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: UNB, 2001.
- FRASER, Nancy. *A justiça social na globalização*. Disponível em <http://www.eurozine.com>. Acesso em 2004.
- GENTILI, Pablo. *Qual Educação para qual cidadania? Reflexões sobre a formação do sujeito democrático*. In AZEVEDO, J. C; GENTILI, P;

- KRUG, A; SIMON, C. (Orgs.). *Utopia e democracia na educação Cidadã*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOMES, Joaquim B. Barbosa. A recepção do instituto da ação afirmativa no Direito Constitucional Brasileiro. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília. ano 38, n. 151, 2001.
- GOMES, Nilma L; MARTINS, Aracy A.(Org.). *Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- GRIN, Mônica. *O desafio multiculturalista no Brasil: a economia política das percepções raciais*. 2001. Tese (Doutorado em Sociologia) – Curso de Pós-Graduação em Sociologia, IUPERJ, Rio de Janeiro, 2001.
- HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. *Texto para discussão*, n. 807. IPEA, jul./2001.
- HENRIQUES, Ricardo; BARROS, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável: Desigualdade e pobreza no Brasil. *Texto para discussão*, n. 800. IPEA, jun./2001.
- MARTINS, José de Souza Martins. *A Sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- MEDEIROS, C. A. Justiça e ação afirmativa. In BORGES, E; MEDEIROS, C. A; D'ADESKY, Jacques. *Racismo, preconceito e intolerância*. São Paulo: Atual, 2002.
- MESZÁRÓS, I. Marxismo e Direitos Humanos. In *Filosofia, Ideologia e Ciência Social: Ensaio de Negação e Afirmação*. São Paulo: Ensaios, 1993.
- MINAYO, Maria Cecília de S. *O desafio do conhecimento – Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- NASCIMENTO, Alexandre do. Movimento PVNC – Pré-Vestibular para Negros e Carentes: Histórico. Disponível em: <http://alex.nasc.sites.uol.com.br/PVNC/historicopvnc.htm>. Acesso em: 24 de junho de 2005.
- PAIVA, Ângela Randolpho (Org.). *Ação afirmativa na Universidade: reflexão sobre experiências concretas Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2004.
- PAOLI, Maria Célia; TELLES, Vera da Silva. Direitos Sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, Sonia E; DAG-

- NINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- PINTO, Céli Regina Jardim. A Democracia desafiada: presença dos direitos multiculturais. *Pós-modernidade e multiculturalismo*, São Paulo, n. 42, 1999.
- _____. *Teorias da Democracia: diferenças e identidades na contemporaneidade*. Prefácio: Rosa Maria Bueno Fischer. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. (Coleção Debates Contemporâneos em Psicologia Social; 2).
- SANT'ANNA, Wania; PAIXÃO, Marcelo. *Muito além da senzala: ação afirmativa no Brasil*. Disponível em <http://www.ibase.br/paginas/wania.htm>. Acesso em 2002.
- SANTOS, B. de Souza; NUNES, J. A. *Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade*. In: Santos, B. de S. (Org.). *Reconhecer para libertar*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SILVA, Josué Pereira da. Cidadania e Reconhecimento. In AVRITZER, L; DOMINGUES, J. M. (Orgs.). *Teoria Social e modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.